



Problemas Relacionados à Definição e o Significado no Argumento Elêntico de Aristóteles¹

Pedro Lemgruber*

Resumo: Em *Metafísica Gamma 4*, Aristóteles argumenta contra supostos negadores do Princípio da Não-Contradição. O argumento elêntico, assim chamado devido à sua estrutura argumentativa que se assemelha a uma refutação (elenchus), é a parte mais notória dessa argumentação. Esse argumento começa com uma fala de um interlocutor hipotético, que deve ao menos enunciar algum termo significativo. Em seguida, uma definição desse termo deve ser dada. Então, tendo afirmado uma definição, o interlocutor de Aristóteles não poderia contradizer o que enunciou, sob pena de ininteligibilidade. Neste artigo, examinaremos as noções de significado e definição envolvidas neste argumento. Para tal, examinaremos a descrição do significado linguístico encontrada em *De Interpretatione*, bem como as discussões sobre definições de nomes de entidades fictícias desenvolvidas nos *Segundos Analíticos*. Concluiremos que as noções de definição e significado são centrais para o argumento elêntico, de tal modo que a força do argumento depende, em última instância, de aspectos da concepção aristotélica do processo de significação.

Palavras-chave: Não-Contradição; Metafísica; Aristóteles; Significado; Definição.

Problemas Relacionados con la Definición y el Significado en el Argumento Elentico de Aristóteles

Resumen: En *Metafísica Gamma 4*, Aristóteles argumenta contra los supuestos negadores del principio de no contradicción. El argumento elentico, llamado así

¹ Este artigo é uma versão expandida e modificada da segunda metade de meu Trabalho de Conclusão de Curso.

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: pedrolemgruber@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2045432568484676>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8273-6723>.

por su estructura argumentativa que se asemeja a una refutación (elenchus), es la parte más notoria de este argumento. Este argumento comienza con el discurso de un hipotético interlocutor, quien al menos debe enunciar algún término significativo. A continuación, se debe dar una definición de este término. Así, una vez enunciada una definición, el interlocutor de Aristóteles no podía contradecir lo que enunciaba, so pena de ininteligibilidad. En este artículo, examinaremos las nociones de significado y definición involucradas en este argumento. Para hacer esto, examinaremos la descripción del significado lingüístico que se encuentra en *De Interpretatione*, así como las discusiones sobre definiciones de nombres de entidades ficticias desarrolladas en los *Segundos Análisis*. Concluiremos que las nociones de definición y significado son centrales para el argumento elentico, de tal manera que la fuerza del argumento depende en última instancia de aspectos de la concepción aristotélica del proceso de significación.

Palabras clave: No-Contradicción; Metafísica; Aristóteles; Significado; Definición.

Introdução

Em *Metafísica Gamma*, Aristóteles desenvolve uma série de argumentos acerca do Princípio da Não-Contradição (doravante, PNC). Um desses argumentos, conhecido como o argumento elêntico, busca mostrar a impossibilidade de afirmar contradições e ao mesmo tempo comunicar algo significativo (1006a). O nome “elêntico” deriva do termo grego *ἔλεγχος*, que significa refutação ou interrogação. No contexto filosófico, trata-se de um método argumentativo indireto, que busca refutar uma posição afirmada por um interlocutor através de outras posições que o mesmo interlocutor afirma. Nos *Tópicos* e nas *Refutações Sofísticas*, Aristóteles elabora uma teoria da refutação no contexto da dialética².

² Por “refutação no contexto da dialética”, entendemos: uma argumentação situada no tipo de debate estruturado descrito nos *Tópicos*, em que um perguntador busca destruir a premissa aceita por um respondedor. Os *Tópicos*, como um todo, tratam do sucesso e fracasso dialético, e das diversas táticas utilizadas tanto por respondedores quanto por perguntadores. No livro VIII, em particular, Aristóteles discute a prática dialética em

Porém, no contexto de *Metafísica Gamma*, não é explicitamente afirmado que o argumento elêntico é uma refutação dialética em sentido estrito. Ele não é descrito como sendo um *ἔλεγχος*, mas sim como sendo *ἐλεγκτικῶς*; isto é: como refutativo, não como uma refutação. Por isso, “*ἐλεγκτικῶς*” pode descrever um argumento que é semelhante ou relacionado a uma refutação, mas que não é, em sua definição, uma refutação em sentido estrito³.

Assim, o argumento elêntico pode ser interpretado ou como uma refutação propriamente dita ou como uma argumentação que compartilha traços relevantes com a refutação. Ambas as opções são, ao menos à primeira vista, suportadas pelo texto. Para os nossos propósitos, só precisamos estabelecer que os argumentos refutativos possuem ao menos uma característica relevante que os distinguem de silogismos, que Aristóteles descreve da seguinte maneira:

Digo que demonstrar refutativamente é diferente de demonstrar, porque, ao demonstrar, pareceria já se postular no princípio; entretanto, um outro sendo responsável pela postulação, haveria refutação e não demonstração (Arist., *Metaph. IV*, 1006a).

O que é característico de um argumento refutativo, então, é que a premissa inicial é afirmada pelo interlocutor e não por quem avança o argumento. Assim, podem ser descritas como estratégias argumentativas refutativas a *reductio ad absurdum*, a dialética socrática dos diálogos aporéticos, a refutação dialética dos *Tópicos*, e qualquer outra argumentação que busca extrair de alguma posição afirmada por um interlocutor consequências que o mesmo interlocutor deseja negar.

Diversas complicações interpretativas e filosóficas cercam o argumento elêntico. Aqui, porém, focaremos nos problemas que dizem

detalhe. As *Refutações Sofísticas*, por sua vez, são dedicadas inteiramente à análise e crítica de táticas argumentativas falaciosas empregadas em refutações.

³ Kirwan (1993) representa esse aspecto em sua opção de traduzir “*ἐλεγκτικῶς*” como “Demonstrating [...] in the manner of a refutation” (p. 8), isto é: “Demonstrando [...] aos modos de uma refutação”.

respeito às noções de significado e definição neles envolvidas. Tais noções entram em jogo já no primeiro passo do argumento, quando Aristóteles demanda que seu interlocutor enuncie algo significativo para ele mesmo e para outrem (1006a). Em seguida, o Estagirita qualifica que não é preciso que o interlocutor enuncie uma frase, apenas uma denominação (1006a). Por fim, uma breve explicação do significado de denominações é oferecida (1006a), e o argumento procede tomando como premissa a descrição do que significa a denominação enunciada pelo interlocutor.

A fim de investigar esses passos argumentativos e as noções envolvidas neles, elencaremos as seguintes questões: como Aristóteles concebe o significado linguístico? O que ele contaria como “pronunciar algo com sentido”? Como deve ser entendida a qualificação aristotélica de pedir apenas um termo e não uma sentença afirmativa, a fim de evitar a acusação de petição de princípio? E, por fim, qual é a relação entre o significado, o essencialismo e a não-contradição?

O nosso foco neste artigo não é dar uma resposta definitiva e exaustivamente detalhada a essas questões, mas sim formulá-las precisamente e esboçar estratégias de respostas a serem elaboradas mais extensamente em pesquisas futuras. Para tal, primeiramente examinaremos o *Metafísica Gamma*, percorrendo o argumento elêntico e oferecendo o contexto para a investigação subsequente. Em seguida, recorreremos às discussões sobre o significado e a definição encontradas em *De Interpretatione*, nos *Segundos Analíticos* e nos *Tópicos*, a fim de estabelecer uma base textual e teórica para a exploração das questões elencadas.

Significado e o argumento elêntico

Antes de nos aprofundarmos na concepção aristotélica do significado, é importante percorrer pelo argumento elêntico a fim de estabelecer o contexto do nosso problema. O argumento começa com a exigência de que nosso interlocutor signifique algo:

Mas é possível demonstrar refutativamente até mesmo que isso [ao mesmo tempo ser e não ser] é impossível, se o disputante apenas pronunciar algo com sentido (Arist., *Metaph. IV*, 1006a).

Aristóteles então qualifica a sua exigência, escrevendo que não é necessário que o interlocutor enuncie uma expressão complexa:

O princípio contra todos os argumentos desse tipo não é exigir que o adversário afirme que algo é ou não é o caso (pois alguém poderia julgar que isso já é postular no princípio), mas exigir que o adversário ao menos queira dizer algo para si mesmo e para outro; e isto é necessário, se ele pretende dizer algo com sentido; pois, se ele não o pretendesse, não haveria argumentação com um tal tipo, nem dele mesmo consigo mesmo, nem com outro (Arist., *Metaph. IV*, 1006a).

Então, Aristóteles não exige que seu interlocutor enuncie uma sentença ou frase, mas apenas um termo que significa algo; isto é: uma denominação ou nome. Enquanto sentenças⁴ significam algum estado de coisas, denominações significam algum indivíduo ou algum grupo de indivíduos. Aristóteles caracteriza o significado de denominações da seguinte maneira:

Primeiramente, então, é evidente que isto, ao menos, é em si mesmo verdadeiro: que uma denominação significa ser (ou não ser) tal e tal coisa, de modo que não é possível que tudo se comporte assim e não assim (Arist., *Metaph. IV*, 1006a).

Nesta caracterização, Aristóteles associa o significado de denominações a definições, pois uma denominação significa (*σημαίνει*) ser ou não ser um certo algo (*τὸ εἶναι ἢ μὴ εἶναι τοδί*) e a definição é

⁴ Mais precisamente, o que significa não são as sentenças, mas as proposições expressas por sentenças. Para os nossos propósitos, deixamos de lado considerações sobre proposições.

precisamente o enunciado do que é o ser para um certo algo. Nos *Tópicos*, Aristóteles escreve que uma definição é “Uma sentença que significa o que era ser” (101b-102a, tradução nossa)⁵. A expressão que aqui traduzimos literalmente como “O que era ser”⁶, *τὸ τί ἦν εἶναι*, é tradicionalmente traduzida como “essência” e é extensionalmente equivalente a esse termo, na medida em que ambos referem à natureza de algo, ou às propriedades que fazem com que algo seja aquilo que é.

Desse modo, podemos dizer que a definição é a enunciação da essência. Porém, conceber a definição em termos de essência gera complicações ao lidar com denominações referentes a não-entes, como “bode-cervo”. Essas complicações serão exploradas em uma seção subsequente, em que será considerada a relação entre as noções de essência e de definição. Por enquanto, consideraremos que a definição como concebida por Aristóteles é a enunciação da essência ao menos nos casos de predicções sobre entes que realmente existem.

Da caracterização oferecida do significado de denominações, emerge que a definição e, conseqüentemente, algum comprometimento essencialista, são condições necessárias para a significação de uma denominação. Pois uma denominação significa ser algo, e a definição é a descrição daquilo que algo é, de tal modo que, se uma denominação é significativa, ela também é definida ou, ao menos, definível. É por isso que, no contexto dialético do argumento elêntico, Aristóteles pode pedir que seu interlocutor defina aquilo que foi significado. Tendo sido obtida uma definição, o argumento pode prosseguir.

Durante o restante do argumento, Aristóteles utilizará como exemplo a denominação “homem”. Para os propósitos de seu argumento, é estabelecido que a definição de “homem” será “animal bípede”:

⁵ Nossas traduções dos *Tópicos* são feitas a partir da tradução em inglês de Robin Smith (1997).

⁶ O tempo verbal da expressão está no pretérito, mas isso parece ser uma mera peculiaridade linguística que não altera o significado da frase.

Além do mais, se “homem” significa uma só coisa, seja isso “animal bípede”. E entendo por “significar uma só coisa” isto: se homem é tal coisa, e se algo é homem, este algo será o ser para homem (Arist. *Metaph. IV*, 1006a).

Como vimos, as noções de definição e essência estão intimamente relacionadas, e ambas são de suma importância para o argumento elêntico. De fato, é por meio delas que Aristóteles chega à sua conclusão:

Assim, conforme foi dito no começo, admita-se que uma denominação significa algo e significa uma só coisa; então, não é possível que o ser para homem signifique aquilo que precisamente o não-ser para homem é, uma vez que “homem” não apenas designa a respeito de uma coisa, mas também significa uma só coisa. [...] E não há de ser possível que uma mesma coisa seja e não seja (Arist., *Metaph. IV*, 1006b).

E, por fim:

Ora, se é verdadeiro dizer que algo é homem, é necessário que ele seja animal bípede (pois era isso que “homem” significava); e, se isso é necessário, não é possível que ele mesmo não seja animal bípede (pois “ser necessário” significa isto: ser impossível não ser); portanto, não é possível que seja simultaneamente verdadeiro dizer que uma mesma coisa é homem e não é homem (Arist., *Metaph. IV*, 1006b).

Tendo enunciado “homem”, nosso interlocutor estaria implicitamente comprometido com alguma definição desse termo ou ao menos com a sua definibilidade. Caso contrário, uma condição necessária para a significação não teria sido cumprida e nada de significativo teria sido dito. E, como vimos, a definição é uma frase, não um termo simples como “homem”. Assim explicita Aristóteles:

Uma definição é uma frase que significa o que era ser. Ela é dada ou como uma frase no lugar de uma palavra ou como uma frase no lugar de uma frase (pois também é possível definir algo significado por uma frase). Mas a respeito daqueles que respondem com uma palavra (qualquer que seja), claramente eles não estão dando a definição do sujeito, pois toda definição é uma frase (Arist., *Top. I*, 101b-102a, tradução nossa).

Ao pedir uma definição, então, Aristóteles faz com que o seu interlocutor dê assentimento a uma frase como “homem é bípede”. Assim, esse interlocutor estaria afirmando que algo é, o que é precisamente aquilo que Aristóteles deixou de incluir em sua demanda inicial para evitar a acusação de petição de princípio. No presente estágio argumentativo, porém, esse mesmo pedido é legítimo, já que o interlocutor se comprometeu com a enunciação de algo significativo e, conseqüentemente, definível. Tendo obtido uma frase afirmada por seu interlocutor, Aristóteles tem o que precisa para concluir seu argumento.

Uma implicação lógica trivial de qualquer sentença afirmativa é que, sendo ela verdadeira, a sua negação é falsa. Isto é, se a proposição “homem é bípede” é verdadeira, então, necessariamente, a proposição “homem não é bípede” é falsa. Logo, o interlocutor de Aristóteles se comprometeu com a verdade de ao menos uma sentença e, conseqüentemente, não pode afirmar o contrário dessa mesma sentença. Esse passo argumentativo só é possível quando o interlocutor afirma uma sentença complexa, pois elas têm valor de verdade, enquanto termos simples não o têm. Aristóteles explicita esse ponto em *De Interpretatione*:

Assim como alguns pensamentos na alma não são verdadeiros nem falsos enquanto outros são necessariamente ou verdadeiros ou falsos, assim também são os sons enunciados. Pois verdade e falsidade dizem respeito a combinação e separação. Então nomes e verbos neles mesmos – por exemplo “homem” ou “branco” com nada mais adicionado – são como os pensamentos que não têm combinação

ou separação; pois até então eles não são verdadeiros nem falsos (Arist., *Int.*, 16a, tradução nossa).⁷

É por isso, então, que Aristóteles, no início do argumento, pede que seu interlocutor enuncie um termo e não uma sentença. Um interlocutor bem-preparado se recusaria a afirmar uma sentença, pois saberia que ela implicaria a conclusão que ele quer negar. Porém, essa conclusão é o suficiente apenas para refutar o contrário do PNC, isto é: que todas as contradições são verdadeiras. Ela não parece ser suficiente para refutar o contraditório do PNC, isto é: que pelo menos uma contradição é verdadeira.

Se o argumento elético ataca o contrário do PNC e não seu contraditório, ele não parece ser uma boa defesa do PNC. Pois ainda seria possível negar o PNC ao afirmar que somente algumas contradições são verdadeiras, e esta é a posição de filósofos contemporâneos que negam o PNC, como Graham Priest⁸. Daniel Coren (2018), lidando com esse problema, argumenta que essa objeção não é fatal, elencando as seguintes razões:

[o Estagirita] apresenta uma defesa do PNC que é (1) direcionada a oponentes reais e radicais que Aristóteles via como tendo posições profundamente conectadas ao PNC; (2) deve ser um tipo particular de defesa indireta ao invés de uma demonstração direta; e (3) demonstra que a comunicação coerente depende da não-contradição. Lida desta maneira, a defesa de Aristóteles do PNC é não só historicamente e dialeticamente perdoável e razoável, mas também filosoficamente atrativa. Ele argumenta bem convincentemente a favor da rejeição não só do contrário do PNC mas também do contraditório do PNC (Coren, 2018, p. 59, tradução nossa).

⁷ Nossa tradução é feita a partir da tradução em inglês de J. L. Ackrill (1975).

⁸ Priest defende essa posição em uma discussão direta com Aristóteles em *To Be and Not to Be – That is the Answer*, de 1998.

O primeiro ponto é referente aos filósofos antigos que Aristóteles interpretava como defendendo ou o contrário do PNC ou posições que implicam o contrário do PNC. Anaxágoras, por exemplo, teria uma posição segundo qual tudo está sempre em uma mistura e, por isso, nada é determinadamente um certo algo (1007b). Já a Protágoras é atribuída a posição segundo qual todas as opiniões são verdadeiras, de tal modo que qualquer opinião e a sua negação seriam igualmente verdadeiras (1007b).

O segundo ponto diz respeito à epistemologia de princípios de Aristóteles e ao estatuto do PNC como um axioma da metafísica. Especificamente, propriedades necessárias das premissas de uma demonstração científica impedem que possa haver uma demonstração científica do PNC. Para um tratamento detalhado deste ponto, ver Angioni (2012). O terceiro ponto elencado por Coren é o que foi sugerido por nossa breve análise já oferecida da estrutura do significado e da definição, e é este o tópico sobre qual nos aprofundaremos durante o restante deste artigo.

Porém, se nossa reconstrução for fiel à argumentação de Aristóteles, um problema já se apresenta como saliente: o interlocutor de Aristóteles, que nega o PNC, presumidamente também negaria que a verdade de uma proposição implica a falsidade de sua negação. Logo, o passo lógico usado por Aristóteles não seria legítimo para o seu interlocutor, e o argumento perderia sua força.

Há ao menos duas respostas possíveis a essa objeção. Primeiro, no capítulo anterior de *Metafísica Gamma*, Aristóteles aparentemente demonstrou que a crença em contradições é impossível.⁹ Isso implicaria que Aristóteles se vê como argumentando contra um interlocutor que não crê em contradições, mas apenas diz que crê. Então, o objetivo do argumento elêntico não precisa e aparentemente não pode ser o

⁹ Especificamente, em 1005b. Para uma análise dessa demonstração, ver Wedin (2004).

convencimento de seu oponente da verdade do PNC, apenas uma espécie de sucesso dialético ou verbal.

Em um contexto dialético, ambas as partes concordam, de antemão, a aceitar as regras do jogo dialético. No contexto do argumento elêntico, o interlocutor de Aristóteles teria o direito de se recusar a aceitar regras que pressupõem ou implicam o PNC. Algumas regras, entretanto, seriam condições mínimas para a comunicação dialética, de tal modo que o interlocutor, ao se submeter à argumentação e aceitar a demanda de enunciar algo significativo para ele mesmo e para outros, já estaria implicitamente comprometido com elas. Uma dessas regras mínimas seria o comprometimento com aquilo que já foi dito, isto é: se o interlocutor afirma uma sentença, ele não poderia, em seguida, negá-la, pois isso impossibilitaria a realização do procedimento dialético. Se esse for o contexto do argumento elêntico, o interlocutor não poderia afirmar a negação da sentença que ele mesmo afirmou, e, conseqüentemente, o argumento seria bem-sucedido.

A segunda resposta, que não é incompatível com a primeira, é que, ao definir “homem” contraditoriamente, nosso interlocutor deixa de dizer algo significativo. Aristóteles pede de nosso interlocutor uma enunciação que significa algo não só para ele mas também para outro (1006a), e escreve que, tendo obtido isso, já teríamos algo determinado (1006a). Em outras palavras, é preciso que a enunciação signifique um certo algo e que seja comunicável. Uma expressão como “homem é bípede e não-bípede” não fixa algo determinado, pois atribui propriedades mutualmente excludentes ao sujeito, e não comunica algo inteligível para outros, pois não cumpre um dos critérios do sucesso semântico: a correspondência a um conteúdo mental compartilhado por outros.

Este último critério é relevante pois é parte da descrição do significado oferecida por Aristóteles em *De Interpretatione*. Nessa descrição, é afirmado que signos linguísticos simbolizam, primeiramente, certos itens na alma que são compartilhados por todos, e esses itens se

relacionam com a realidade extramental por meio da percepção. Assim escreve Aristóteles:

Sons enunciados são símbolos de afecções da alma, e marcas escritas são símbolos de sons enunciados. Nem as marcas escritas nem os sons enunciados são as mesmas para todos. Mas aquilo que eles simbolizam em primeiro lugar – as afecções da alma – são as mesmas para todos; e aquilo que as afecções assemelham – coisas – são claramente as mesmas para todos. Esses assuntos foram discutidos no trabalho sobre a alma e não pertencem à discussão atual (Arist. *Int.*, 16a, tradução nossa).

Esta descrição é simples e breve. E, embora Aristóteles discursasse sobre o significado em outras obras, ele não nos oferece uma descrição mais completa do que esta do processo da significação. Porém, mesmo essa breve passagem contém aspectos filosóficos importantes que merecem ser explorados. Primeiramente, observamos que há uma conexão mediada porém ininterrupta entre o signo linguístico enunciado ou escrito e o objeto no mundo a qual o signo refere.

O que media a conexão entre esses signos e as coisas no mundo são certas afecções mentais. Essas afecções, diferentemente dos signos, não variam com a cultura, pois são diretamente relacionadas à realidade extramental. O fato de que essas afecções são compartilhadas por todos é o que possibilita a comunicação linguística, de tal modo que um indivíduo pode relacionar um signo enunciado por um outro a uma afecção em sua própria alma. E é por isso que “homem bípede e não-bípede” não comunica algo, pois não há uma afecção na alma, nem uma coisa fora dela, que corresponde a essa descrição. Mesmo que o interlocutor do argumento elêntico insista que a expressão é significativa para ele, foi requerido que ela seja significativa para outro, e em especial para seu adversário, que crê no PNC.

Tornemos nossa atenção, então, a essas “afecções na alma” (*παθήματα τῆς ψυχῆς*) e suas correspondentes “coisas” (*πράγματα*).

Aristóteles não especifica o sentido dessas expressões, e elas são bastante obscuras. O termo que hesitantemente traduzimos como “coisas” é extremamente geral e não necessariamente denota um objeto, mas pode significar também estados de coisas, fatos e circunstâncias. Ademais, a relação entre essas afecções e essas coisas é uma de semelhança, e Aristóteles afirma, no *De Anima*, que são os perceptíveis próprios de cada sentido que primariamente afetam a alma e aos quais ela se assemelha.¹⁰ Assim, é possível ler “*πράγματα*” como referindo a coisas como a luz e o som, que são os perceptíveis próprios, respectivamente, da visão e da audição.

Entretanto, não é claro como esses perceptíveis poderiam ser portadores de significado e, em todo o caso, Aristóteles reconhece uma capacidade psíquica, a imaginação, por meio da qual é possível combinar dados sensoriais brutos para formar imagens de objetos compostos. Para nossos propósitos, não será necessário explicitar exatamente o que são essas “afecções na alma”. O que é relevante para nossa discussão são aspectos do processo de assemelhação por meio da qual essas afecções são formadas. Aristóteles descreve esse processo da seguinte maneira:

O que é capaz de perceber é em potência tal como o objeto da percepção é em ato, como foi dito. Logo, ele é afetado enquanto é dessemelhante àquilo que o afeta, mas, assim que é afetado, torna-se semelhante e é tal como aquilo que o afetou é (Arist., *De an. II*, 418a, tradução nossa).¹¹

¹⁰ A teoria aristotélica da percepção é detalhada nos capítulos 5 a 12 de *De Anima II*. Em particular, Aristóteles afirma que a percepção é um tipo de alteração caracterizada pela assemelhação (416b-417a), onde aquilo que percebe torna-se semelhante ao objeto percebido (418a). Em seguida, ele afirma que os objetos exclusivos a cada capacidade sensíveis são os objetos perceptíveis em sentido primário (418a).

¹¹ Tradução feita a partir da tradução em inglês de Christopher Shields (2016).

Trata-se, então, de um processo causal, onde aquilo que é percebido explica as características daquilo que percebe. Assim pontua David Charles (2000):

A assemelhação é um processo causal cujo ponto inicial é um objeto externo particular. Esse processo (em casos exitosos) resulta no paciente tornando-se semelhante ao agente em certos aspectos relevantes. A causa eficiente explica os aspectos relevantes gerais do pensamento ou da percepção: sobre o que é, seu objeto. Quando isso ocorre, a forma é transferida do agente ao paciente (Charles, 2000, p. 81-82, tradução nossa).

Considerando que o processo da significação é contínuo com esse processo de assemelhação, segue-se que a relação assimétrica entre aquilo que é percebido e aquilo que percebe aplica-se também ao significado. Isto é, o item que é percebido determina as características da afecção mental, e é a essa afecção a qual o signo linguístico refere. Logo, aspectos desses itens extramentais restringem como e por que é possível significar.

Os itens que compõem a realidade extramental são entidades determinadas, isto é: que possuem essências, e é essa a característica que explica a definibilidade como uma condição necessária para a possibilidade do significado. Trata-se de um dos aspectos em que a significação se assemelha às coisas no início do processo de percepção, sendo a definição o corolário linguístico da noção ontológica de essência.

Ademais, uma característica do essencialismo aristotélico é que ele é realista, no sentido em que verdades sobre essências são independentes da cognição e das práticas linguísticas humanas. Assim explica David Charles:

[...] a teoria [aristotélica] da definição (encontrada nos *Analíticos*) não pode ser completa sem referência a como o mundo é, com seus padrões causais geradores de necessidade. A forma relevante de inteligibilidade não é meramente uma projeção da

nossa parte para um mundo intrinsecamente ininteligível. Pois nós não podemos especificar totalmente o tipo de inteligibilidade que buscamos sem referência aos padrões geradores de necessidades que são encontrados no mundo. Na visão de Aristóteles, a estrutura causal inteligível do mundo é algo que existe independentemente de nós e do nosso sistema de explicação (Charles, 2000, p. 351, tradução nossa).

A interpretação de Charles é motivada, em grande parte, por sua leitura de discussões sobre a definição encontradas nos *Segundos Analíticos*. Parte da relevância dessa discussão é que ela explicita o que é epistemologicamente requerido para adequadamente tratar de uma denominação significativa. Resumindo sua interpretação sobre o tipo de entendimento de um termo que um agente epistêmico precisa ter no começo de sua investigação, Charles escreve:

Nós podemos, na visão de Aristóteles, no começo de uma investigação, sermos agnósticos ou enganados sobre os aspectos internos básicos do tipo com qual nós interagimos. De fato, nós não precisamos nem saber que o tipo tem algum aspecto interno básico qualquer. [...] Pois tudo o que é necessário é que nós tenhamos recebido informação suficiente das nossas interações com o tipo para estar em uma posição a partir da qual nós podemos (com o tempo) vir a ter conhecimento de sua existência e sua estrutura básica. Não é requerido que nós já tenhamos esse conhecimento neste estágio inicial da investigação. (Charles, 2000, p. 166, tradução nossa)

Na visão de Charles, Aristóteles elabora a sua teoria do entendimento do significado de termos usando, como modelo, a investigação científica. Para os nossos propósitos, não é necessário adentrar na teoria aristotélica da definição no contexto da ciência. Apesar disso, as considerações de Charles, corroboradas por evidências textuais, elucidam a relação entre o significado e o essencialismo aristotélico.

Se, para entendermos o significado de um termo, não é necessário conhecimento aprofundado do tipo que está sendo significado, então os mecanismos que regulam o espaço de possibilidade da significação são semânticos e não epistemológicos. E, como foi estabelecido, a significação é um processo causal que tem início em algo no mundo externo e tem suas características determinadas por esse objeto. Então, em última instância, o que regula o espaço de possibilidade da significação são aspectos da estrutura da realidade, como o essencialismo e o PNC.

Isto é: o processo da significação é restringido pelos mesmos princípios metafísicos que restringem a realidade como um todo. Naturalmente, esse processo é uma parte da realidade, mas o ponto saliente é que Aristóteles não reconhece princípios semânticos independentes da metafísica, que não derivam sua necessidade de princípios metafísicos mais gerais. Pois, assim como a percepção e o pensamento, o processo da significação é, fundamentalmente, constituído por uma certa relação com objetos no mundo.

Significado e definição de nomes de não-entes

O exemplo de denominação utilizado por Aristóteles é o termo “homem”. Entretanto, é evidente que o argumento pretende ser generalizável, e suas consequências aplicáveis a outros casos de denominação. Mas quais outros casos? Podem ser significativos nomes de entidades não existentes, como “bode-cervo”? Há indicação que sim, pois Aristóteles escreve o seguinte em *De Interpretatione*:

[...] sinal disso é que mesmo ‘bode-cervo’ significa algo, mas não, ainda, algo verdadeiro ou falso, a não ser que seja adicionado ‘é’ ou ‘não é’ (Arist., *Int.*, 16a, tradução nossa).

Entretanto, foi estabelecido que a significação é um processo que inicia com entidades extramentais. Como seria possível, então, haver

significação de “bode-cervo”, se não existem bodes-cervos de fato? A resposta está na capacidade da imaginação e sua relação com a percepção. Pode-se imaginar objetos que não foram percebidos, mas essas entidades imaginárias serão compostas de informações sensoriais obtidas de coisas existentes. O caso do bode-cervo é paradigmático pois é uma combinação de entidades reais observadas, a saber: bodes e cervos. Então, as afecções na mente que são simbolizadas pelo termo “bode-cervo” têm sua origem em objetos externos existentes que têm suas características manipuladas por um processo imaginativo.

Porém, mesmo admitindo que “bode-cervo” significa, resta o problema da definibilidade do termo. Para que o argumento elético funcione, é preciso que o termo enunciado seja definível. Além disso, vimos que a definibilidade é uma condição para a significação, e que “bode-cervo” é significativo. Se “bode-cervo” é significativo, então é necessariamente verdadeiro que o termo cumpre as condições necessárias para a significação, incluindo a definibilidade. Logo, “bode-cervo” deve ser, em algum sentido, definível. Entretanto, Aristóteles caracteriza a definição como a enunciação da essência. Se não há essência de não-entes, como pode haver definições do mesmo?¹²

Aristóteles lida com essa questão no segundo livro dos *Segundos Analíticos*, e parece dar duas respostas diferentes a ela. No sétimo capítulo, ele dá a entender que não há definições de entidades não existentes, escrevendo:

Assim, se quem define mostra ou “o que” ou “o que significa o nome”, se o “o que” não for o caso de modo algum, a definição seria o enunciado que significasse o mesmo que um nome. Mas isso é

¹² Aristóteles parece reconhecer, em 93b, a possibilidade de definições nominais, cujo propósito não é a enunciação a essência, mas sim do que significa um nome. Entretanto, alguns intérpretes, como Bolton (1976), sustentam que Aristóteles só aceita definições desse tipo que referem a uma entidade existente, e, portanto, o problema da definição de entes fictícios permanece. Para um tratamento cuidadoso dessa questão, ver Modrak (2010).

absurdo. Pois, em primeiro lugar, haveria definição também do que não é essência e daquilo que não é o caso: pois é possível que também os não-entes tenham um significado (Arist., *An. post.*, 92b).

No décimo capítulo do mesmo livro, porém, Aristóteles parece sugerir que pode haver definição daquilo que não sabemos se é o caso, de modo que a existência não precisaria, ao menos, ser previamente estabelecida:

Uma vez que se afirma que a definição é o enunciado do “o que é”, é manifesto que um tipo de definição será um enunciado do que significa a denominação, ou outro enunciado denominativo (por exemplo, o que significa triângulo). Com relação aos quais, precisamente, apreendendo que são o caso, procuramos saber por que são; e é difícil apreender assim deste modo aquilo que não sabemos se é o caso. E a causa da dificuldade foi mencionada antes: nem sequer sabemos se é o caso ou não, a não ser segundo concomitância (Arist., *An. post.*, 93b).

Há diferentes maneiras possíveis de conciliar essas passagens. Uma alternativa é dizer que, independentemente de nosso conhecimento, só há definição do que é o caso, e a distinção seria meramente epistemológica. Outra alternativa é tomar Aristóteles como utilizando, no sétimo capítulo, um sentido restrito de definição e, no décimo, um sentido mais expansivo. Nas palavras de David Charles:

[...] em [Segundos Analíticos] B.10, 93b29–32 Aristóteles está expandindo o escopo da definição para permitir um tipo de definição que dá uma descrição do que nomes significam, e não restringindo definições a descrições de algum objeto ou tipo. Se esse for o caso, pode haver um tipo de definição que afirma o que nomes para tanto existentes quanto não-existentes significam (Charles, 2000, p. 28, tradução nossa).

Os argumentos de Charles e a caracterização do significado de denominações em termos de definição apresentada em *Metafísica Gamma* parecem oferecer evidências suficientes para concluirmos que há definição de termos como “bode-cervos”. Porém, nesses casos, a definição não enuncia a essência, mas apenas o significado da denominação. O que exatamente isso significa ainda precisa ser explicitado, mas, para os nossos propósitos, é suficiente para concluir que o argumento elêntico seria bem-sucedido mesmo se seu interlocutor enunciasse um termo como “bode-cervo”. Pois, sendo possível obter uma definição, Aristóteles poderia lançar mão do passo argumentativo necessário para chegar à conclusão do argumento.

Conclusão

No processo da nossa investigação, encontramos primeiras respostas às nossas questões norteadoras e, ao mesmo tempo, descobrimos outras questões em aberto. Sobre a concepção aristotélica do significado, estabelecemos que ela consiste em um processo causal contínuo com a percepção, que tem origem em objetos ou estados de coisas particulares e extramentais. Vimos que os comprometimentos epistemológicos da descrição aristotélica da significação são mínimos, mas seus comprometimentos metafísicos são mais robustos.

Em resposta à questão sobre o que conta como um termo significativo, consideramos que Aristóteles aceita como significativos termos referentes a entidades não-existentes, e que não há evidências para sugerir que o argumento elêntico seria negativamente afetado se seu interlocutor enunciasse um termo como “bode-cervo”. Quanto à qualificação mencionada por Aristóteles, concluimos que o interlocutor do argumento elêntico não aceitaria a exigência de enunciar uma frase pois isso o comprometeria com a afirmação de que algo é verdadeiro, o que o comprometeria implicitamente com o PNC.

Já quanto à metafísica que fundamenta o argumento, examinamos os comprometimentos ontológicos envolvidos nas noções de significado e definição presentes nele. Dado tudo o que discutimos, emerge que as concepções aristotélicas de significação e definição estão profundamente conectadas com seu essencialismo. Essa conexão se dá pois nossas práticas linguísticas advêm de uma interação direta e assimétrica com o mundo externo. Ela é direta pois é contínua com a percepção, e é assimétrica pois são aspectos estruturais da realidade que impõem, sobre nós, restrições sobre nossas práticas linguísticas e cognitivas, e não o inverso.

Entretanto, alguns problemas permanecem carentes de resposta. Um deles é sobre a relação entre a definição e o essencialismo. Vimos que há boas razões para considerar que Aristóteles aceita que há significado e até mesmo definição de termos que denominam não-entes. Entretanto, a definição é descrita pela expressão essencialista “o que era ser”, de tal modo que não é claro no que consistiria uma definição que não enuncia a essência. Vimos que, nos *Segundos Analíticos*, Aristóteles reconhece um tipo de definição que apenas diz o que um nome significa, mas essa descrição permanece vaga. O que exatamente são definições desse tipo? Trata-se de duas noções diferentes de definição ou uma só?

Por fim, há questões sobre os comprometimentos ontológicos envolvidos na argumentação de Aristóteles em *Metafísica Gamma*. Tendemos a interpretar o argumento elêntico como implicando que a definibilidade é uma condição necessária para a significação linguística, e que o PNC é uma condição necessária para a definibilidade. Entretanto, interpretações mais deflacionárias são possíveis. Se interpretarmos o argumento elêntico como um procedimento dialético, ou uma estratégia para procedimentos dialéticos, ele pode ser bem-sucedido se o PNC for meramente parte das regras do jogo dialético. Nesse caso, o argumento elêntico não oferecerá suporte indireto para considerar o PNC como um princípio metafísico verdadeiro, mas somente oferecerá uma estratégia para lidar com supostos negadores do PNC em contextos dialéticos. Essas são questões ao mesmo tempo interpretativas e filosóficas, cujas respostas têm potenciais consequências importantes tanto para estudiosos de

Aristóteles quanto para filósofos em geral. Porém, elas escapam o escopo limitado deste artigo e serão reservadas para pesquisas futuras.

Referências

- ANGIONI, Lucas. Os seis requisitos das premissas da demonstração científica em Aristóteles (Segundos Analíticos I 2). *Manuscrito*, Campinas, v. 35, n. 1, p. 7-60, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-60452012000100001>.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Livros IV e VI. Tradução, introdução e notas de Lucas Angioni. 2. ed. Campinas: IFCH, 2007.
- ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*. Livro II. Trad. Lucas Angioni. Campinas: IFCH, 2002.
- ARISTÓTELES. *Categories and De Interpretatione*. Trad. John Lloyd Ackrill. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- ARISTÓTELES. *Metaphysics: Books Γ, Δ, and E*. Tradução e notas de Christopher Kirwan. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- ARISTÓTELES. *De anima*. Tradução, introdução e comentários de Christopher Shields. Oxford: Clarendon Press, 2016.
- ARISTÓTELES. *Topics Books I and VIII: with excerpts from related texts*. Tradução e comentários de Robin Smith. Oxford: Clarendon, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1093/oseo/instance.00258598>.
- BOLTON, Robert. Essentialism and Semantic Theory in Aristotle: Posterior Analytics, II, 7-10. *The Philosophical Review*, v. 85, n. 4, p. 514-544, 1976. DOI: <https://doi.org/10.2307/2184277>.
- CHARLES, David. *Aristotle on Meaning and Essence*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- COREN, Daniel. Why Does Aristotle Defend the Principle of Non-Contradiction Against its Contrary? *The Philosophical Forum*, v. 49, n. 1, p. 39-59, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/phil.12176>.
- MODRAK, Deborah. Nominal Definition in Aristotle. In: CHARLES, David (Ed.). *Definition in Greek philosophy*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 252-285. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199564453.003.0008>.

PRIEST, Graham. To be and not to be – That is the Answer. On Aristotle on the Law of Non-Contradiction. *History of Philosophy and Logical Analysis*, Leiden, v. 1, n. 1, p. 91-130, 1998. DOI: <https://doi.org/10.30965/26664275-00101007>.

WEDIN, Michael. Aristotle on the Firmness of the Principle of Non-Contradiction. *Phronesis*, Boston, v. 49, n. 3, p. 225-265, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1163/1568528042568613>.

Data de registro: 29/09/2024

Data de aceite: 29/01/2025